



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

**centro de estudos sobre áfrica**

**COL. "DOCUMENTOS DE TRABALHO" n.º 4**

**EDUARDO MEDEIROS**

**MOÇAMBIQUE:  
EVOLUÇÃO DE  
ALGUMAS INSTITUIÇÕES  
SOCIO-FAMILIARES**

**1985**

AL 89

35



OS TRABALHOS REPRODUZIDOS NESTA  
COLEÇÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES. O C.E.S.A.  
NÃO CONFIRMA NEM INFIRMA QUAISQUER  
OPINIÕES NELES EXPRESSAS.

### A P R E S E N T A Ç Ã O

O Dr. Eduardo Medeiros é membro-correspondente do C.E.S.A. em Maputo desde a data de fundação do nosso Centro.

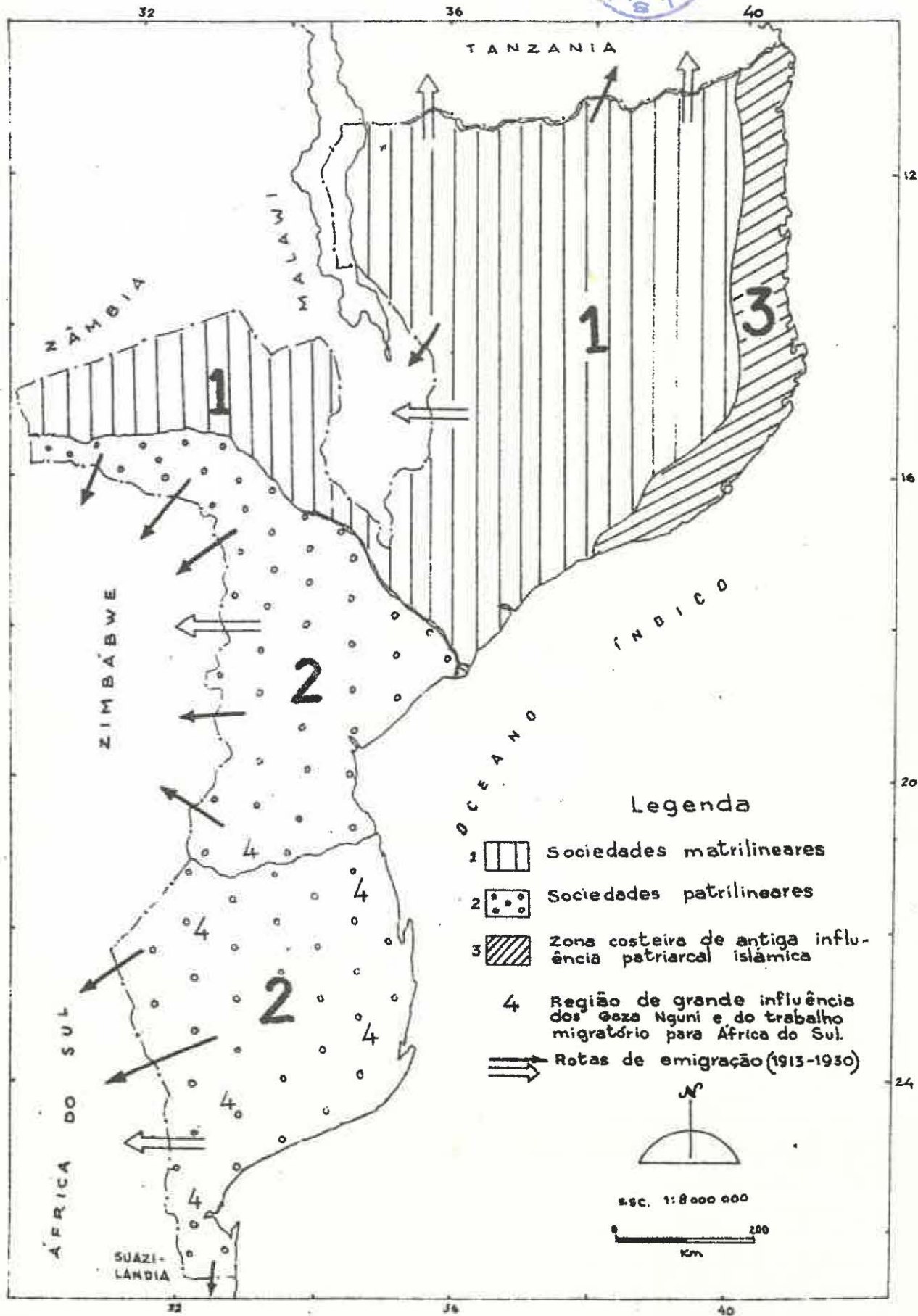
Docente há cerca de 10 anos na Universidade Eduardo Mondlane (U.E.M.), é igualmente investigador do Centro de Estudos Africanos (C.E.A.) daquela Universidade.

O C.E.A. tem editado em Maputo alguns dos seus trabalhos de investigação.

O texto que apresentamos foi inicialmente publicado, sob forma de artigos, no jornal Domingo de Maputo em Outubro e Novembro de 1984, altura em que teve lugar a Conferência Extraordinária da Organização das Mulheres Moçambicanas (O.M.M.), dando lugar a um intenso debate nos meios intelectuais moçambicanos. Foi posteriormente revisto e nalguns pontos reformulado pelo seu autor para esta coleção de "Documentos de Trabalho".

ISE, Junho de 1985

A Comissão Coordenadora do C.E.S.A.





## ÍNDICE

0. Introdução .....	00 - 01
1. Tipos de organização socio-familiar das sociedades moçambicanas de outrora.....	02 - 04
- A sociedade patrilinear .....	04 - 05
- A sociedade matrilinear .....	05 - 06
2. Os comerciantes vindos do Índico .....	07 - 10
- Uma nova sociedade costeira de comerciantes e muçulmana .....	10 - 11
- O comércio das caravelas .....	11 - 13
3. Impacto capitalista e dominação colonial .....	14 - 15
- da conquista a meados dos anos trinta .....	15 - 18
- de meados dos anos trinta a finais dos anos cinquenta .....	22 - 24
4. Algumas notas relativas ao período pós-independência .....	24 - 26
5. BREVE CONCLUSÃO .....	27 - 27

(...) A concepção e organização da família e do seu papel na sociedade difere de região para região, e do campo para a cidade.

(...) (Também) existe grande diversidade no modo de constituição da família em Moçambique.

(...) A poligamia é ainda bastante frequente nas zonas rurais do país e constitui uma forma de organização familiar assente na exploração da mulher como mão-de-obra barata do homem polígamo. A poligamia transplantou-se para as cidades, a partir do campo, mas aí ela é caracterizada pela dispersão das mulheres da união polígama.

(...) A conferência considerou necessário combater eficazmente aqueles aspectos do casamento tradicional que reflectem e veiculam a desigualdade entre o homem e a mulher no lar e na sociedade, como sejam:

- o aspecto de comercialização que nas últimas décadas e em algumas regiões do País, tem caracterizado o lobolo;

- Todos os tabus, ritos e actuações que no quadro dos casamentos tradicionais promovem a opressão e marginalização da mulher moçambicana.

(...) A conferência constatou que os ritos de iniciação são uma das práticas mais enraizadas na vida cultural da comunidade tradicional.

(RESOLUÇÃO GERAL DA CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DA OMM)

## O. INTRODUÇÃO

Uma primeira versão deste texto foi publicada no semanário Domingo, de Maputo, nos dias 28 de Outubro e 4, 11, 18 e 25 de Novembro de 1984, sob o título: O lobolo e a poligamia na perspectiva histórica. O texto foi produzido e tornado público no contexto de um debate proposto por aquele Semanário, sobre algumas questões relativas às formas matrimoniais e regimes de constituição da família em Moçambique. Mais particularmente, sobre a poligamia, a compensação matrimonial chamada lobolo e os casamentos prematuros. Alargou-se também o debate aos ritos de iniciação dos adolescentes. Todas estas questões eram então amplamente debatidas nas reuniões preparatórias da organização da Conferência Extraordinária da OMM.

Não foi nossa preocupação, na altura, elaborar um texto de apoio científico para o debate em questão, mas apenas chamar a atenção dos leitores para a importância e urgência de um estudo muito mais cuidado e aprofundado dessas instituições e práticas provenientes das antigas sociedades de cultivadores. O método utilizado do "roteiro" histórico da "evolução" e "involução" das estruturas familiares em Moçambique pareceu-me o mais adequado, mas obviamente com grandes riscos de interpretações mecanicistas.

Como as questões levantadas permanecem actuais e são temas importantes para uma reflexão mais aprofundada, publicamos de novo esse texto sob a forma de artigo para provocar o debate académico nos meios universitários.

No nosso entender, todas estas questões relativas às instituições familiares do passado (e do presente) inscrevem-se na problemática da organização produtiva e social das unidades domésticas elementares e nas características gerais da sua reprodução.

Por outro lado, Moçambique é um complexo quadro linguístico e cultural. As referidas instituições revestem-se de formas diferentes de região para região, ainda que, na sua essência, existam áreas culturais mais homogêneas do que habitualmente se supõe. O capitalismo colonial e a presença do colonizador abalaram profundamente as estruturas sociais, políticas e económicas das comunidades domésticas moçambicanas. O próprio processo de transformações não foi uniforme em todo o País. Tudo isto provocou desequilíbrios consideráveis no desenvolvimento regional de Moçambique. As distorções provocadas pela penetração e exploração capitalista deixaram feridas profundas. A sociedade Moçambicana está hoje desenraizada de certos valores tradicionais e distante ainda de valores relativamente estáveis e necessários para o projecto da construção nacional. Por isso se manifestam certas práticas e formas de reorganização sociais de cariz neo-tradicional, e outras que apontam decididamente para o futuro e para a modernidade.

## 1. TIPOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIO-FAMILIAR NAS SOCIEDADES MOÇAMBICANAS DE OUTRORA

O Semanário "Domingo" publicou em tempos (\*) algumas cartas de leitores sobre a poligamia e sobre o lobolo. O diário "Notícias" e a revista "Tempo" também publicaram no passado, e com alguma frequência, cartas sobre estes dois temas e sobre outras instituições e costumes provenientes da chamada sociedade tradicional. Todas elas revelam preocupações de reajustamento à modernidade e, na sua maioria, denotam uma participação mais apaixonada do que reflectida no debate proposto. A principal força da argumentação de todas elas assenta no relato mais ou menos fragmentado e empírico dessas coisas, com um ou outro considerando (político de actualidade) à mistura. Mas na verdade, a descrição mesmo muito detalhada de uma instituição ou costume antigos não é por si só uma explicação. Pelo contrário: ela conduz muitas vezes a uma argumentação mistificadora, seja ela pró ou contra o "costume" em questão.

A primeira falha importante que ressalta da maioria das contribuições publicadas é a ausência de um enquadramento histórico na abordagem da problemática: tudo se passa nesses escritos como se as instituições sociais ali focadas tivessem permanecido sempre idênticas a elas próprias, nos conteúdos e na forma, à margem das dinâmicas internas de transformação social e protegidas de influências exteriores.

Desta metodologia resultou a forma pouco correcta da apresentação dos fenómenos humanos; eles surgem assim isolados do seu contexto histórico e social, fora da análise da sociedade na sua globalidade, e dos impactos e distorções que os povos africanos sofreram ao longo dos últimos séculos.

A nossa intervenção no debate pretende pois contribuir para o preenchimento dessa lacuna ao apresentar um roteiro histórico das problemáticas em epígrafe. Mas antes de entrarmos propriamente na exposição das nossas reflexões enunciemos previamente alguns pressupostos teóricos.

As diferentes comunidades primitivas de caçadores-recolectores que viveram há milhares de anos neste território tinham os seus próprios sistemas matrimoniais, os seus ritos e magias, que eram inerentes às condições de produção da sua vida material; também as sociedades africanas de pastorícias

(\*) Edições de 14 e 21 de Outubro de 1984

**DIMENSÃO DA FAMÍLIA SEGUNDO O NÚMERO  
DOS SEUS MEMBROS. RECENSEAMENTO DE 1980**

Províncias/Cidades	Total de agregados familiares	País Rural	País Urbano	Pessoas/Agregado familiar
Total País	2.712.439	2.356.300	356.139	4,47
Niasse Lichinga	132.752	122.885	9.867	3,87 3,87
Cabo Delgado Pemba	211.724	201.951	9.773	4,43
Nampula Nampula	621.602	563.773	37.717	3,86
Nacala			20.119	
Zambézia Quelimane	570.756	556.958	13.798	4,38
Tete Tete	182.376	171.190	11.186	4,55
Manica Chimoio	107.463	91.578	15.885	5,96
Sofala Beira	204.865	151.561	53.304	5,19
Inhambane Inhambane	223.290	208.367	14.923	4,46
Gaza Xai-Xai Chokwé	196.358	184.107	9.849 2.402	5,04
Prov. Maputo	103.930	103.930		4,73
Cidade Maputo	157.316		157.316	4,80

Para efeitos de recenseamento considerou-se o agregado familiar como o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que viviam na mesma casa, e tinham um só orçamento.

Fonte: Conselho Coordenador de Recenseamento: 1.º RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, República Popular de Moçambique, 1983

- não representadas em Moçambique - tinham as suas poligâmias, os seus lobolos e os seus rituais. Por sua vez, as formas de produzir nas sociedades agrícolas segregaram instituições sociais, semelhantes ou não àquelas dos pastores, mas nada idênticas às da comunidade nómada primitiva. Ora, o fundo populacional moçambicano é constituído, desde pelo menos meados do primeiro milénio, por comunidades de cultivadores de diferentes variedades de mapira, mexoeiras, e de alguns tubérculos e raízes.

Ainda que sobre estes cultivadores da savana tenham sido exercidas algumas influências por parte das comunidades nómadas primitivas, que aquelas acabaram por conquistar ou expulsar, o certo é que a dominância da actividade agrícola marcou o contorno da sua organização social.

E foi sobre as instituições politico-sociais que se exerceram os diversos impactos vindos do exterior de outras sociedades africanas, ou de povos não africanos, numa primeira fase, e, directamente, sobre a própria esfera produtiva, num segundo tempo. Todos os impactos foram matizados de intensidades regionais variáveis ao longo do percurso histórico das sociedades que foram ocupando este espaço moçambicano.

Por conseguinte, toda a nossa argumentação vai incidir sobre a análise muito elementar e esquemática, (por isso com muitos riscos de erros), das comunidades domésticas agrícolas moçambicanas; pouco terá que ver com sociedades nómadas de pastores inexistentes em Moçambique e com a comunidade primitiva há muitos séculos desaparecida.

Em primeiro lugar, a agricultura implica que o cultivador aguarde no local da sua machamba o fim do ciclo vegetativo das plantas que semeou ou plantou. O homem semeia e aguarda as colheitas. A agricultura é, pois, uma actividade cíclica e que fixa de algum modo o homem à terra. Depois de um ciclo agrário de preparação dos terrenos, das sementeiras e das colheitas, sucede-lhe um outro idêntico, e depois outro, o outro que sucede ao anterior. De tal modo que o homem que cultiva a sua machamba renova o ciclo produtivo dos pais e dos avós, como estes renovaram o dos bisavós e avós dos bisavós. E nisto, transferindo de tempos a tempos a machamba para outro local, para que a terra pudesse descansar e fortalecer-se.

Desta sucessão rítmica, e da transmissão de geração para geração da reversibilidade de produzir para si, para os velhos que já produziram e para os novos que hão-de vir a produzir e a substituí-los nessa tarefa, nasceu essa continuidade que liga os antepassados às gerações vindouras, continuidade que é expressa, por um lado, nas regras de filiação e, por outro, nas formas religiosas do culto dos antepassados e nas formas ritualizadas da passagem do saber, dos costumes e da lei, através de cerimónias apropriadas em particular durante os ritos de iniciação dos adolescentes.



Em segundo lugar, os meios de produção dos cultivadores durante muitos séculos foram extraordinariamente rudimentares. A enxada de cabo curto, o pau de escavar, a força da terra, a chuva, as sementes, eram a base material simples dessa produção, mas a energia humana era o elemento fundamental e mais importante no processo produtivo. Por isso, era a constituição dos grupos de produtores, e a sua reprodução, que determinava as formas matrimoniais e definia as unidades produtivas de base.

Sem entrar na explicação do processo produtivo e das relações de produção, o leitor imagina com relativa facilidade que, para aqueles tempos difíceis da pequena agricultura itinerante, a célula a que chamamos hoje família nuclear, constituída por um homem, sua esposa, filhos e um ou outro dependente, não conseguia sobreviver por si só neste tipo de economia chamada de subsistência (e que pouco tem que ver com aquilo que chamamos hoje, agricultura do sector familiar).

De facto, esse tipo de agricultura exigia um grupo suficientemente elevado de produtores para levar a cabo as rudes tarefas agrícolas e de defesa, e para produzir o necessário para a subsistência imediata e para os momentos difíceis que medeavam o fim dos stocks dos celeiros e as novas colheitas. A caça e a colecta continuavam também a ser actividades agrícolas, limitadas, mas importantes, sobretudo nos períodos de calamidades naturais. Ora, nenhuma família isolada produziria os excedentes (agrícolas) suficientes e os alimentos complementares de caça e de colecta que lhe permitisse a sobrevivência e a auto-reprodução.

Por isso, o grupo de produtores de que falamos mais acima, era constituído, grosso modo, por um conjunto de pessoas que formavam uma família alargada. Esta família alargada formava-se em torno de um conjunto variável de pessoas unidas por laços de filiação, às quais se agregavam, por laços de aliança matrimonial, indivíduos vindos de outros grupos. No interior desta família alargada situavam-se as unidades matrimoniais elementares, de produção e de reprodução biológica.

#### A sociedade patrilinear

Expliquemo-nos melhor. Suponhamos um homem com filhos, filhas e netos nascidos dos seus rapazes; este grupo é composto por pessoas que estão unidas entre si por laços de filiação por via masculina; todas elas nasceram de um antepassado comum, o bisavô. Mas a esposa deste bisavô, a esposa do avô, a esposa do pai e as esposas dos filhos, vieram de outros grupos de consanguíneos, os quais, por sua vez, receberam as irmãs do primeiro ou de um terceiro grupo. A este tipo de filiação costumamos chamar patrilinear; ela caracterizava as antigas sociedades moçambicanas a Sul do rio Zambeze.

Para se reproduzir, o grupo de consanguíneos patrilineares estabelecia, por conseguinte, relações matrimoniais com mulheres de outros grupos. Estas mulheres vinham viver para junto do grupo patrilinear do marido, onde passavam a ser esposas e mães dos membros da linhagem. Deste modo, para se fortalecer, a linhagem tinha sempre a possibilidade de adquirir mulheres para o grupo, eliminando assim todos os riscos que haveria se a célula tivesse que se renovar a partir de si mesma. Mas a comunidade que perdia essa mulher, que foi casar longe, precisava de adquirir uma outra, que a substituísse. Assim, estas sociedades foram conduzidas a organizar a circulação pacífica das mulheres. Para tal, proibiram as relações sexuais entre os membros do mesmo grupo de filiação (em muitas sociedades essas interdições alargavam-se a mais pessoas), por outro, instituíram uma compensação matrimonial que permitia que o grupo dador de uma esposa fosse organizadamente (como se diz hoje) adquirir uma substituta noutra linhagem. Foi esta compensação matrimonial que no decorrer do século XIX se chamou lobolo.

Nestas sociedades, a solução ideal seria que um grupo que desse uma rapariga recebesse pela mesma ocasião uma outra em troca para desposar um dos seus varões. Mas raramente devia surgir essa oportunidade. Por isso, a compensação matrimonial permitia uma solução diferida das trocas nupciais. Mais, ela era também importante porque permitia aos chefes dos grupos de consanguíneos controlar os circuitos matrimoniais e os casamentos. Não se casava quando se queria, mas sim quando os velhos autorizavam e colectivamente o grupo arranjava os bens matrimoniais <sup>PARA</sup> essa compensação. Um rapaz só obtinha do seu pai ou do decano do seu grupo patrilocal os bens matrimoniais necessários para lobolar quando já tivesse cumprido certos deveres sociais e prestado suficientes serviços ao grupo paterno.

#### A Sociedade matrilinear

Vejamos agora outro tipo de organização socio-familiar representado em Moçambique. Suponhamos uma mulher, os seus filhos e netos nascidos das suas filhas. Todos eles tiveram origem numa avó comum e estavam relacionados entre si por laços de filiação que costumamos chamar matrilineares. Os maridos provinham de outras células de produção. Como a agricultura assentava principalmente no trabalho feminino, nas sociedades matrilineares, o grupo sororal (de irmãs) constituía o núcleo produtivo estável em direcção do qual se deslocavam os homens. Por conseguinte, não havia nestas sociedades uma circulação ordenada e pacífica das mulheres para fins matrimoniais.

As cerimónias do casamento eram mais simples e também o divórcio era mais frequente (\*). Mas, apesar de tudo, o rapaz tinha que provar que era um bom trabalhador e que seria um bom marido. De um modo geral, a saída da casa dos pais para/casa da sogra significava a sua introdução efectiva na actividade produtiva e outra. Em contrapartida, o rapaz passava a adquirir o estatuto de homem casado, de pai, etc.

A valorização destes estatutos, as regras de comportamento e de subordinação em relação aos mais velhos eram incutidas e socializadas durante os ritos de iniciação, que eram aqui longos, complexos e com uma coreografia espectacular. A ideologia da classe dominante manifestava-se e impunha-se ali.

Nas sociedades matrilineares de outrora não era o pai que desempenhava o papel de tutor dos jovens: era o tio materno.

Mas, esses tios maternos, os que eram chefes, pretendiam com frequência fortalecer o seu grupo de filiação com mulheres vindas de fora. A maneira de o conseguir era capturá-las longe, em golpes de mão audaciosos, razias e guerras.

Uma vez capturadas, elas eram integradas no grupo sororal ou passavam a ser cativas; com elas casavam os homens livres ou cativos do grupo, não indo por isso procurar esposa fora da aldeia. A poligamia tinha aqui mais campo livre.

Foi sobre ambas estas sociedades antepassadas da sociedade moçambicana de hoje que se exerceram influências vindas de fora. Veremos a seguir alguns dos efeitos do impacto mercantilista sobre o modelo que acabamos de descrever.

Mas antes de iniciarmos o estudo dos diferentes impactos e influências a que foram submetidas as estruturas políticas, familiares e económicas que circunscreviam essas instituições e outras práticas, convém referir dois aspectos importantes: (1) as comunidades domésticas de agricultores não viviam em redomas fechadas, elas relacionavam-se entre si, por vezes a longas distâncias, para trocar produtos da sua actividade agrícola, da caça e da produção artesanal; por essas ocasiões, era óbvio que observassem e confrontassem "usos e costumes" diferentes; (2) até final do século XIX, houve movimentos migratórios importantes em toda esta região de África, que muitas vezes deixaram marcas profundas nas instituições e costumes de que nos ocupamos.

---

(\*) Acrescente-se uma nota a esta afirmação tão peremptória: a rapariga jamais era forçada pela família a aceitar o pretendente e a dissolução tinha apenas um processo mais simplificado.

## 2. OS COMERCIANTES VINDOS DO ÍNDICO

Desde a remota antiguidade que comerciantes Árabes, Persas, Indonésios e mesmo Chineses, acostaram com frequência às praias moçambicanas para aqui adquirirem produtos da terra e alguns homens e mulheres que faziam escravos.

Durante séculos, esta actividade de troca não alterou substancialmente a base material agrícola das comunidades domésticas no que se refere aos processos de trabalho e técnicas de produção. As plantas introduzidas - e elas foram importantes e enriqueceram a dieta alimentar na zona - passaram a ser cultivados no quadro dos sistemas de produção agrários locais. Porém, o mesmo não sucedeu com as estruturas políticas e nalguns casos familiares, que, lentamente, se foram redimensionando como vamos ver em seguida.

Quando esses comerciantes passaram a trazer consigo (e em si) o Islão e as regras corânicas da vida sócio-familiar, as influências tornaram-se mais evidentes; a fixação dos comerciantes muçulmanos árabe-swahili na faixa costeira moçambicana merecerá a nossa atenção particular.

Vejamos, separadamente, a influência das trocas de produtos sobre os dois tipos de sociedade referidas mais acima.

Entre/<sup>os</sup> povos matrilineares a norte do Zambeze, os produtos provenientes das trocas mercantis realizadas na costa - panos, missangas, anilhas, etc. - circulavam entre os tios maternos detentores das chefias familiares segundo as hierarquias clânicas e as posições ocupadas na malha política de cada região. Esses produtos, que internamente constituíam bens de prestígio, passaram a servir, essencialmente, para marcar e delimitar as alianças e subordinações políticas entre chefes, maiores e menores, num contexto novo e complexo de pequenos e grandes reinos. Como as compensações matrimoniais eram aqui desconhecidas ou insignificantes, os bens de prestígio só indirectamente influenciaram os circuitos matrimoniais a poligamia, e a organização das cerimónias de iniciação.

De facto, a produção agrícola manteve-se idêntica a ela própria e como tarefa principal das mulheres. Os homens, para casar, deslocavam-se para as células matrilineares de produção. Libertando-se, aliás, deste modo, do contacto directo da feitiçaria dos tios maternos. Nas residências das esposas eles davam o seu pequeno contributo na preparação dos terrenos e nas colheitas. Mas o desejo de obter riquezas vindas do lado do Sol nascente levou os chefes maiores a montar expedições de caça ao elefante, pois o marfim constituía o principal produto de troca no litoral, a organizar caravanas para o transporte distante dos produtos e a defender pelas armas as rotas do comércio. A ocupação dos homens tornou-se mais importante agora do que pelo passado.

Os rapazes solteiros, poucos inseridos que estavam na célula de produção familiar de origem, lançaram-se nessas aventuras, pela aventura, e na mira do prestígio daí decorrente. O jovem casado, procurava obter alguns bens que permitissem fortalecer a sua presença junto da sogra pois pretendentes para a filha (desta) havia muitos.

Entrementes, o prestígio e o proveito de alguns caçadores e caraveneiros possibilitou-lhes casamentos aqui e além, num sistema de poligamia errante. Estes casamentos não afectavam em nada o grupo sororal de cada uma das esposas do polígamo, pois que, de qualquer forma, a produção era controlada pelo tio da mulher e não pelo marido; a obrigação deste era fazer filhos e trazer para casa alguns bens e comida, da caça e da colecta.

Não era por conseguinte muito dramático para a mulher das comunidades dessa época a poligamia distante do marido, desde que ele cumprisse o mínimo das obrigações matrimoniais estabelecidas pela tradição.

O mesmo não sucedia com a poligamia dos chefes para o quintal dos quais cada linhagem aliada e subordinada enviava uma esposa, além daquelas que eles próprios exigiam e das esposas que eles tinham espalhadas pelo reino. Neste último caso, das esposas distantes, a situação era idêntica àquela descrita mais acima - só que o conquistador adúltero era castigado muito mais severamente: escravização ou morte. No primeiro caso, o harém do chefe polígamo tinha uma residência virilocal e era controlado pela mulher principal. As tarefas domésticas e agrícolas eram distribuídas entre elas pelo que a sua condição não era agravada em termos de trabalho. Mas as várias esposas não estavam mais juntas das suas irmãs e sob a protecção directa da sua linhagem. Restava-lhes a esperança que um dos filhos (que de chefe era), fosse indigitado para um cargo importante ou que desse origem a uma pequena chefatura subordinada à do pai, onde ela (mãe) tinha então um estatuto privilegiado.

Mas a saída destas mulheres para a residência do chefe polígamo desfalcava o grupo sororal de uma produtora e de uma reprodutora, sem possibilidades de recuperação pacífica de uma outra mulher, porque não existia essa regra nestas sociedades.

Como todos os chefes eram polígamos, variando o número de mulheres segundo a posição e o prestígio de cada um, a possibilidade de um rapaz encontrar esposa relativamente cedo tornou-se muito difícil. Isto deu origem a casamentos prematuros das raparigas, ao aumento das práticas adúlteras, à escravização de muitos rapazes, e ao rapto de mulheres com mais frequência, que vinham assim substituir aquelas, mas agora de forma violenta. Com a constituição de grandes unidades políticas territoriais, as iniciações dos rapazes passaram a ser organizadas e controladas pelos respectivos donos das ter

ras, que exigiam em troca, dons e tributos, aos tios dos iniciandos.

Este controlo foi particularmente vigoroso nas sociedades maraves (Cheua-Nyanja), d'aquém e d'além Chire, grandes comerciantes de marfim, através de uma instituição específica, espécie de confraria ou irmandade, chamada Nyan ou Nhau. Para se entrar para ela, era necessário uma iniciação especial, pois as "máscaras dos espíritos" eram reservados a alguns eleitos; as "máscaras" controlavam as cerimónias dos adolescentes, e outros ritos de passagem, incluindo as investiduras dos chefes e as cerimónias relativas à morte. Ainda que não houvesse uma centralização tão pronunciada do poder entre os Macondes, o Mapico tinha algo de semelhante ao Nhau.

Nas sociedades patrilineares a sul do rio Zambeze, as trocas mercantis na costa de Sofala, de ouro, marfim e escravos, e o controlo do comércio de longa distância, acelerou o processo de centralização política nos Estados do antigo espaço do Zimbabwe e dos Muenemutapas, e contribuiu para a formação de uma classe aristocrática, constituída por funcionários e dignatários de um já complexo aparelho estatal.

As comunidades aldeãs, foram mantidas ao nível da organização sócio-económica cujo modelo descremos atrás. Mas a situação agravou-se pelos tributos e serviços que eram obrigadas a fornecer e a prestar aos aristocratas.

Este domínio de classe era justificado e reforçado por vários mecanismos ideológicos, dos quais mencionamos apenas os seguintes: cultos territoriais dos chefes sacralizados, que eram celebrados por intermédio de especialistas dos ritos de possessão e de transe, práticas mágicas e acusações de feitiçaria extremamente desenvolvidas.

Neste novo contexto: (1) os ritos de iniciação dos rapazes englobavam iniciandos de áreas políticas superiores à aldeia ou pequena região. Durante as cerimónias, incutia-se e impunha-se aos jovens o aparato ideológico e as normas de comportamento moral nesta nova estrutura social de classes. Os valores guerreiros eram valorizados; (2) as cerimónias de iniciação feminina continuavam a realizar-se localmente no âmbito da família alargada da comunidade aldeã; (3) os circuitos matrimoniais entre as células familiares organizavam-se da mesma maneira como foi descrito anteriormente, mas a saída de muitas raparigas para os haréns dos chefes provocou um abaixamento da idade do casamento das mulheres e o encarecimento da compensação matrimonial. A utilização de bens nupciais passou a ser imprescindível para a obtenção de mulheres para a célula familiar, dado que a produção de subsistências, de excedentes para os tributos e para compensar as rapinas, tornou mais difícil a vida das comunidades aldeãs e por isso mais necessitadas de braços para os diferentes trabalhos produtivos; (4) a aristocracia era profundamente polígama. Mas certa diferença existia entre esta poligamia e a poligamia dos che-

tes a norte do Zambeze. Aqui, as esposas eram na sua maioria adquiridas através dos mecanismos tributários e da compensação matrimonial, que entre os nobres se compunham de bens obtidos na costa; em segundo lugar, o princípio da residência virilocal do casamento e da filiação patrilinear dos filhos continuava a ser idêntico: as esposas dos chefes integravam-se na família alargada do marido e eram inseridas nas actividades produtivas agrícolas, nos trabalhos domésticos e algumas ocuparam até funções no aparelho do Estado.

#### Uma nova sociedade costeira de comerciantes e muçulmana

Por volta do século X, ou talvez antes, grupos de comerciantes muçulmanos de origem árabe, persa ou swahili, começaram a fixar-se no litoral moçambicano, principalmente na faixa costeira Norte, na vizinhança das sociedades matrilineares. Os estabelecimentos costeiros islâmicos atraíram comunidades cada vez mais numerosas de agricultores africanos que passaram a cultivar também o arroz nas planícies litorais, inundáveis e pantanosas. Os casamentos destes comerciantes com mulheres do país deram origem a comunidades estruturadas segundo os princípios islâmicos, e a línguas próprias, ditas "línguas da praia", ou kiswahili.

A organização socio-familiar característica nos países de origem destes comerciantes era o patriarcado, impregnado desde a expansão islâmica pelas leis corânicas.

O homem vivia com as suas mulheres e concubinas, e a sua descendência definia-se pelo princípio da filiação paterna com referência à linha da mãe, o que permitiu, no caso das uniões matrimoniais com mulheres do país uma simbiose perfeita com as comunidades matrilineares locais. De facto, os filhos da mulher africana que casava com o comerciante muçulmano continuavam a pertencer à linhagem do tio materno do ponto de vista das regras locais de filiação, mas eram também reconhecidos como filhos e herdeiros do comerciante, de quem adoptavam costumes e religião.

Durante os ritos da puberdade os rapazes passaram a ser submetidos à circuncisão, agora à maneira árabe; as raparigas eram enclausuradas a partir da adolescência e eram obrigadas a permanecer virgens até ao casamento; a religião de Maomé influenciou outras cerimónias da sociedade africana local, que, por sua vez, introduzia no Islão práticas mágicas africanas, o culto dos antepassados, etc.

Pouco se sabe ainda hoje acerca da circuncisão praticada pelos povos africanos de agricultores antes da influência árabe. É muito provável que alguns deles a fizessem durante os ritos de puberdade. Também é provável que não se tratasse de uma circuncisão "completa", mas simplesmente do cor-

te da ponta do prepúcio, cujo significado simbólico estava sobretudo relacionado com a menstruação feminina. Com o Islão, porém, a circuncisão, agora à maneira árabe, espalhou-se rapidamente por entre crentes e não crentes que a integraram nas cerimónias dos rapazes, onde passou a constituir um elemento fulcral.

Os Árabo-Swahili tornaram o casamento uma instituição islâmica que exigia a virgindade das raparigas e a entrega de um dote pela família do rapaz à noiva. Os bens que constituíam o mahari, como ora chamado este dote e que não é uma compensação matrimonial, eram entregues à noiva, que deles dispunha a seu prazer. Em caso de divórcio não eram devolvidos.

A rigidez destas regras variava muito segundo a força política e económica da comunidade muçulmana e das comunidades africanas em presença. Excluindo o período dramático do comércio de escravos (século XVIII e XIX), as sociedades matrilineares impuseram sempre o seu ponto de vista naquelas e (non)tras) questões, o que preservou a mulher da clausura oriental e de outras regras patriarcais.

No caso dos contactos com as sociedades patrilineares, nem sempre foi adoptada a circuncisão; a compensação matrimonial sobrepôs-se ao dote, e a poligamia encontrou no Islão mais um justificativo ideológico.

### O comércio das caravelas

Com a chegada dos europeus, prosseguiu a dinâmica do fortalecimento das estruturas de poder local, aumentaram as trocas comerciais, envolveram-se mais comunidades e povos neste processo, e as populações do interior distante começaram a exercer pressões migratórias em direcção à costa.

Por um breve momento, entre 1607 e 1693, os Portugueses tentaram interferir directamente nos sistemas produtivos das comunidades domésticas do Centro do País, sobretudo na extracção do ouro. Mas, depois da sua expulsão do reino do Muenemutapa, a produção para as trocas mercantis e a circulação dos produtos continuaram a ser controlados pelos dignatários locais.

O aumento considerável das trocas com o exterior favoreceu a estruturação de grandes unidades políticas, de reinos e impérios, nos quais, uma classe dominante privilegiada tributava duramente as comunidades aldeãs, controlava (e usufruía) dos bens de prestígio obtidos no litoral e no vale do Zambeze, em troca dos ricos produtos africanos.

Os circuitos matrimoniais, a poligamia, os rituais, prevaleceram os mesmos que aqueles conhecidos no período islâmico anterior.

Mas a partir do século XVIII, o comércio de escravos tornou-se a principal actividade mercantil dos europeus e dos árabes. O tráfico da mercadoria humana provocou sequelas profundas nas sociedades africanas, a saber: (1) retirou das unidades elementares de produção homens e mulheres indispensáveis à sua existência económica e social, o que provocou, no Norte, o aumento do rapto de pessoas e o desenvolvimento da escravatura doméstica; no Sul, deu origem a uma reestruturação das famílias alargadas segundo os princípios da compensação matrimonial, mas com bens nupciais cada vez mais "caros"; aqui, aumentou a poligamia dos chefes possuidores de bens de prestígio, ali, cresceu a concubinação com cativas; (2) a produção de escravos ocasionou guerras, razias e raptos, provocou movimentos migratórios e o surgimento de novas identidades tribais; por isso, as instruções relacionadas com as origens clânicas e linhageiras passaram a ter uma importância muito grande nos ritos de iniciação dos jovens: todo o membro do grupo social devia saber recitar uma fórmula oral e reconhecida de identificação. Também os exercícios guerreiros, as marcas e mutilações corporais tiveram nessa época o seu máximo desenvolvimento.

As populações dos territórios a sul do rio Save não escaparam ao forte impacto mercantil que se manifestou na região a partir do século XVIII. A influência desse comércio prolongou-se até ao país Nguni, donde vinha grande quantidade de marfim para as trocas mercantis na baía de Maputo. Do interior das terras de Inhambane chegava também marfim e escravos à costa do Índico. Os chefes dos reinos da região controlavam os circuitos das trocas com os mercadores estrangeiros. A maioria dos produtos obtidos pelos Africanos neste comércio, enxadas, armas de fogo, panos, etc., entravam nos circuitos matrimoniais. O gado era reservado para estes fins mas só entre os nobres.

Por uma série de circunstâncias conjugadas que não cabe relatar aqui, deu-se a expansão dos Nguni (do Natal) por volta dos anos vinte do Século passado. Essa expansão ficou conhecida na História pelo termo Mfecane. Dela resultou o Estado dos Gaza Nguni (1821-1895) no sul de Moçambique. As populações locais foram quase todas incorporadas no novo Estado. As comunidades domésticas pré-existentes foram coagidas a fornecer tributos em géneros e, por vezes, rapazes e raparigas para as casas dos dignatários Nguni. As mulheres e raparigas incorporadas desposavam os guerreiros de Gaza sem qualquer pagamento de lobolo. O gado foi assenhoreado pela nova aristocracia dominante que depois o redistribuiu pelos súbditos Tsonga montando uma rede complexa de relações de clientela. Os rapazes, de uma mesma classe de idade, eram integrados nos regimentos militares nguni, integração esta que substituiu, de algum modo, as iniciações tradicionais.

A antiga compensação nupcial entre os Tsonga passou a ser designada por lobolo, termo pelo qual era conhecida entre os Nguni. O vocábulo estendeu-se mesmo aos reinos Tsonga não integrados no Estado de Gaza. Todavia as designações mais antigas e locais para a compensação nupcial continuaram a ser usadas, e outras expressões surgiram, aliás, como nyasume (=aquela que vem substituir a que partiu), ou nyati homo (=aduladora do gado, pelo qual se tratavam as curhadas). O lobolo desempenhou cada vez mais um papel importante na economia camponesa graças ao complexo parentesco que dele resultava.

Em resumo: para os diferentes períodos mercantilistas, os rituais iniciáticos, a poligamia, os diferentes regimes de constituição de família e as diferentes formas de circulação de bens matrimoniais expressavam, para cada um deles, as novas estruturas do poder e, por conseguinte, as novas correlações de forças no seio das comunidades de agricultores moçambicanos.

Se o comércio dos Portugueses e dos Árabes, principalmente o comércio do ouro, do marfim e dos escravos, afectou as instituições e as práticas sociais de que estamos a tratar, não menos verdadeira foi a influência dessas práticas sobre os residentes lusitanos e indo-portugueses instalados no litoral do Índico e no vale do Zambeze. De entre as várias práticas condenadas pela Igreja Católica em Moçambique no século XVIII, Alexandre Lobato<sup>(\*)</sup>, baseando-se num edital Inquisição publicado em Goa<sup>(\*\*)</sup>, inventariou as seguintes: o hábito de mandar pelas casas das pessoas os panos com sinais do primeiro coito entre os nubentes; demonstrações festivas (a Jesus) pelo aparecimento da menstruação; ritos especiais por ocasião dos batismos para livrarem as crianças de perigos futuros; cerimónias para <sup>as</sup>mulheres peçadas e paridas; por morte de um género enterrava-se com ele um boneco ornado de missangas para que não viesse buscar o outro irmão; com os mortos usava-se deitar calções de água quente na sepultura, e antes de o corpo do muzungo ser depositado era costume descer à cova uma escrava sua para lhe pegar na cabeça. Nessa noite a escrava dormia na cama em que morrera seu senhor com algum dos cafres da mesma casa dele e no dia seguinte ia lavar-se ao rio a simbolizar que neste se lançava a terra da sepultura.

---

(\*) Alexandre Lobato, Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752-1763. Lisboa, AGU, 1957:150 e segs.

(\*\*) in O Chronista de Tiesuary, Nova Goa, 1867, Vol. II, pág. 273

### 3. IMPACTO DO CAPITALISMO E DOMINAÇÃO COLONIAL

O início do impacto capitalista em Moçambique precedeu a própria ocupação colonial. Foi assim que durante o último quartel do século XIX, o camponês moçambicano, em particular do Centro e do Norte, começou a produzir oleaginosas para o mercado internacional e excedentes da sua produção agrícola tradicional que eram trocados nas lojas das recém-instaladas firmas comerciais europeias, por panos, bebidas e quinquilharia diversa.

Os agentes das casas comerciais foram montando os postos de troca cada vez mais para o interior, estabelecendo deste modo um contacto directo com o produtor africano que viu aumentadas as possibilidades de obter produtos vindos do exterior em troca dos seus.

Por causa deste crescente comércio (de um tipo novo), a célula produtiva elementar, composta pela família alargada, aumentou as suas áreas de cultivo e a sua produtividade, fazendo apelo a um tempo maior de trabalho dos seus membros e integrando mais elementos na produção, temporária ou definitivamente, através dos canais do parentesco, e desenvolvendo relações de ajuda-mútua e de cooperação entre famílias.

A família alargada continuava na altura debaixo da tutela do chefe de linhagem, que era depositário dos bens adquiridos na venda da produção agrícola e que os distribuía no interior do grupo de parentes em ocasiões e segundo critérios próprios a cada região. Alguns bens de prestígio serviam também para pagar o tributo aos grandes chefes territoriais. Por enquanto, estes estavam mais interessados na obtenção de armas, pólvora e panos em troca de escravos e marfim, do que na produção agrícola.

Os velhos mecanismos de estruturação das unidades produtivas elementares, por via de casamentos fortaleceram-se, embora houvesse, localmente, casos de utilização de mão-de-obra cativa na agricultura.

Nas sociedades onde vigorava o sistema de compensação matrimonial e que foram afectadas pela produção agrária para o mercado, integraram com mais frequência os produtos do comércio nos bens nupciais.

Também nestes casos, as mulheres, como produtoras agrícolas por excelência, tornaram-se mais valiosas aos olhos dos homens, os quais, no entanto, passaram a trabalhar a terra com mais assiduidade.

Por volta de 1865, surge um dado novo na história económica e social de Moçambique: milhares de Moçambicanos começaram a trabalhar na África do Sul, por períodos renováveis de duração não superior a um ano e meio.

Segundo escreveu David Hedges no 2º Volume da História de Moçambique, "o dinheiro que os trabalhadores recebiam no Natal era normalmente gasto, no regresso, no pagamento do lobolo e na aquisição de roupa, cobertores, enxadas, armas de fogo e álcool (...). Entretanto, o controle que a aristocracia dominante e os chefes subordinados tinham sobre o montante da compensação matrimonial (lobolo), veio proporcionar-lhes, com o trabalho migratório, o aumento do tributo recebido, quer em gado, quer em produtos e dinheiro. Por isso, tanto para a aristocracia real como para os chefes das linhagens subordinadas, existiam vantagens no envio de mão-de-obra para o Natal" (\*).

Nas sociedades onde não era usual a compensação matrimonial, os noivos viram-se obrigados a longos períodos de demonstração das suas qualidades e capacidades produtivas e de bons esposos. Foi o desenvolvimento do petti na Zambézia e noutras regiões nortenhas.

Contudo, foi a conquista imperialista (entre 1895 e 1910) e a montagem do aparelho administrativo colonial que veio modificar substancialmente o tecido económico-familiar das sociedades moçambicanas. Vejamos três momentos significativos.

#### Da conquista a meados dos anos trinta

Após a conquista colonial, os reinos foram divididos em regulados, e o povo Moçambicano foi submetido a três padrões de exploração, cuja intensidade variava de região para região consoante a aplicação dominante de cada um deles: trabalho compelido para as plantações de monocultura do Centro do País (cana-de-açúcar e coqueiros) e do vale do Incomati (cana-de-açúcar); trabalho migratório para os centros de desenvolvimento capitalista nos países vizinhos, e produção familiar para o mercado.

O imposto de palhota (ou o mussoco<sup>(\*)</sup>) e o trabalho forçado foram os principais mecanismos de implementação desta política de exploração colonial.

Por mero acaso histórico, mas que determinou distorções regionais futuras, a área de maior saída de trabalhadores migrantes coincidiu com a área cultural do lobolo.

---

(\*) Departamento de História, HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE (VOL.II), Maputo: UEM/FL, 1983: 214

(\*\*) MUSSOCO - Imposto de capitação na Zambézia

O trabalho migrante dos Macondes de Cabo Delgado para o Tanganica, e de trabalhadores de outras regiões para o estrangeiro influenciou em menor grau as compensações matrimoniais praticadas nessas zonas. Por sua vez, a maior produção familiar para o mercado interracial, era realizada nas regiões povoadas pelas sociedades matrilineares.

Rapidamente, no caso do trabalho migratório, o jovem moçambicano passou a ser o próprio produtor do seu lobolo. Deste modo, a obtenção dos bens para a compensação matrimonial deixou de ser assunto da sua família alargada e, pela mesma ocasião, o lobolo deixou de ser utilizado na família da noiva para o casamento de um irmão desta. Os bens que constituíam o lobolo passaram a ser acumuláveis pelos pais da rapariga, depois de retirados os tributos para os chefes e os impostos para os colonos. Por outras palavras: foi a partir desta época que o lobolo deixou de circular na esfera das trocas matrimoniais e que o lobolo sob a forma de numerário passou para a esfera da circulação de bens e produtos onde era esterilizado nas trocas de mercado, pelas quais participava de algum modo à reprodução material da célula produtiva. Por isso se nota a partir de então o aumento das mercadorias postas a circular no sul de Moçambique.

Isto provocou, desde logo, a mercantilização do lobolo, pelo que ficou sujeito às variações salariais e aos custos de vida. Foi também um dos factores (em todo caso uma justificação) para a caída de vagas sucessivas de jovens para o trabalho no John<sup>(\*)</sup>. Foi ainda uma das causas mais evidentes, ainda que não primeira, nem determinante, da diminuição demográfica dos agregados familiares e da integração mais acentuada das famílias na economia monetária. Esta nuclearização respeitava tanto a jovem célula que se formava como as duas famílias, paterna e materna, cada vez mais isoladas que ficavam na sua velhice dos antigos mecanismos de distribuição de subsistências no seio das famílias alargadas. Este último aspecto da problemática do lobolo não tem vindo a merecer devida atenção. O lobolo tornou possível, por fim, uma maior oportunidade de casamentos polígamos dos nagaikas, numa competição onde só entrava em jogo a riqueza de cada pretendente e a cupidez dos pais das noivas. O lobolo passou então a constituir um importante obstáculo para que muitos jovens pudessem satisfazer as suas ambições matrimoniais e para que muitos casais que viviam maritalmente pudessem legalizar a sua situação.

---

(\*) Termo que designa genericamente o trabalho migrante para as minas e propriedades agrícolas na África do Sul

Neste novo contexto, que no sul do País vai durar até aos anos cinquenta, a situação socio-económica da mulher no campo piorou consideravelmente. Elas tinham que prover à produção de alimentos, cuidar dos filhos do marido ausente e produzir alguma coisa para o mercado. Em muitos casos esta situação conduziu as mulheres a estimular a poligamia dos maridos, e conseguirem assim uma subordinada para os trabalhos domésticos e agrícolas. "Quanto mais mulheres o marido possuía menor encargo cabia a cada uma delas para lhe angariar o sustento e bebida" (\*). (Cabe referir aqui que vários argumentos ideológicos e motivações socio-económicas são sempre apresentadas para justificar a poligamia: vontade expressa dos espíritos dos antepassados, herança da viúva de um irmão (= ku txinga em Tsonga e ku sambela em chope), renovação da aliança matrimonial entre duas linhagens, velhice e doença da primeira esposa, demonstração de riqueza e poder, etc.).

Mas o lobolo continuou a ser vivido pela mulher como uma garantia da estabilidade do seu casamento e a esperança de que o trabalho assalariado do marido modificasse a sua vida. Essa "estabilidade" implicava, porém, a subordinação absoluta à família patrilinear do esposo e uma maior dificuldade de no processo de divórcio do que nas sociedades matrilineares. De facto, o marido e a respectiva linhagem tinham todo o interesse em manter os laços matrimoniais firmes, quanto mais não fosse porque as mulheres representavam um investimento de bens materiais. Os próprios parentes agnáticos do marido tinham interesse na manutenção do casamento devido ao costume do levirato, isto é, à herança das viúvas por um irmão ou, na sua falta, por um parente patrilinear do defunto (\*\*).

Nas reservas de mão-de-obra para as plantações no interior do País, o trabalho sazonal, que era obtido compulsivamente ou contra salários de miséria, não modificou apreciavelmente os montantes dos bens nupciais onde eles eram costumeiros. Mais ainda, a família alargada teve que se manter suficientemente grande e coesa para produzir alimentos e culturas de rendimento (aqui o imposto de palhota ou o mussoco era exigido muitas vezes em produtos e/ou trabalho), excedentes para os dons e tributações tradicionais, e para produzir a força-de-trabalho dos migrantes.

---

(\*) Manuel Simões Alberto, "A Mulher Indígena", in Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, nº 83, 1954: 101

(\*\*) Para evitar o levirato, havia simplesmente o recurso ao casamento com um segundo marido que estivesse disposto a pagar a compensação exigida pela linhagem do defunto ou o "resgate" pela própria família da mulher

Nas áreas de maior produção familiar para o mercado, houve, neste período, um fortalecimento da posição dos chefes das famílias alargadas, ou seja, do decano do grupo sororal de produção. Os casamentos continuaram com o padrão de residência uxorilocal (junto da mãe da noiva), à excepção da faixa costeira islamizada onde tanto podia ser virilocal como matrilocal, e do planalto de Hueda, onde os jovens nubentes nacondes iam viver para junto de tio materno do rapaz.

Em síntese, as diferentes formas de organização linhageira e familiar e de constituição das células produtivas elementares tinham a sua base essencial nas diferentes formas de integração da economia camponesa na economia colonial. Neste período, a imposição da produção familiar para o mercado veio no sentido da conservação da estrutura socio-familiar anterior no Centro e no Norte do País, e na desagregação da família alargada nas províncias do Sul afectadas pela economia mineira sul-africana.

#### De meados dos anos trinta a finais dos anos cinquenta

A partir dos meados da década de trinta, foi imposto a muitos milhares de camponeses moçambicanos o cultivo obrigatório do algodão. Mais tarde, no final de cinquenta, também se tornou obrigatória a cultura do arroz em algumas regiões do País.

As culturas forçadas inscreviam-se no âmbito da política colonial de extorsão de sobretrabalho às unidades de produção africanas e na perpetuação das anteriores formas de produzir, sem um melhoramento sensível dos meios de produção. Por isso, a produção agrícola linhageira deixou de assegurar, como pelo passado, a auto-subsistência das unidades domésticas.

De facto, a cultura do algodão passou a ocupar a maior parte do tempo e das energias produtivas dos camponeses. A produção tradicional de alimentos, mapira, mexoeira e mesmo milho, teve, como consequência, uma quebra muito grande, o que provocou fomes e epidemias localizadas e repetidas. Foi por causa desta nova reestruturação da actividade agrícola dos camponeses moçambicanos e das graves crises alimentares subsequentes que se registou, na época, uma rápida propagação do cultivo e consumo da mandioca, planta que carecia de muito menos tempo de trabalho e de atenções.

O número crescente de cultivadores africanos envolvidos na agricultura familiar de rendimento originou uma crise de mão-de-obra nos sectores monopolistas e empresariais no Centro e no Norte do País, em particular nas plantações de monocultura. O subsequente recrutamento compulsivo de muitos homens afectou mais uma vez a situação da mulher nestas regiões, pois sobre ela recaiu a quase totalidade dos trabalhos agrícolas e domésticos.

Em relação à problemática de que nos ocupamos aqui, a influência da cultura do algodão foi a seguinte: primeiramente, o cultivo desta planta foi imposto a unidades familiares mais pequenas do que era habitual no conjunto dos processos agrários nestas comunidades domésticas - foram impostas áreas específicas de cultivo para homens, mulheres e jovens solteiros, foi mesmo regulamentada a produção de algodão dos "lares" dos polígamos. Em segundo lugar, as concentrações e as picadas algodoeiras fizeram deslocar muitos produtores das terras das respectivas linhagens para as terras de outras, o que causou uma grande perturbação nas estruturas do poder linhageiro e nas formas de ajuda-mútua e de cooperação.

Várias formas de resistência manifestaram-se desde o início da obrigatoriedade da cultura (fuga de famílias e linhagens inteiras para o estrangeiro ou para regiões de difícil acesso ou impróprias para o algodão, destruição de sementes, etc.), mas a produção de algodão envolveu, apesar de tudo, um número crescente de camponeses. Rápidamente, a imposição da cultura e dos processos de trabalho com ela relacionados provocaram a redução demográfica das unidades de produção e de consumo, perturbaram os circuitos matrimoniais costumeiros dando origem a um maior número de matrimónios e, em consequência, ao abaixamento da idade do casamento dos nubentes.

Por isso, e de acordo com o que dissemos no começo do artigo, a célula familiar restrita não poderia sobreviver nuclearizada nesta (novas) condições de produção, salvo se se concretizassem pelo menos uma das condições seguintes: (1) estruturação de novas formas de cooperação e de ajuda-mútua, (2) possibilidade de obtenção no mercado de bens necessários à subsistência e à reprodução familiar, com dinheiro resultante da venda das culturas de rendimento ou dos excedentes das culturas alimentares.

Ora, como nos primeiros quinze anos de cultura do algodão o dinheiro realizado mal chegava para pagar o imposto e comprar uma ou outra capulana, as células produtivas foram obrigadas, coativamente, pelos régulos e chefes das linhagens, a estabelecer novas relações técnicas e sociais de trabalho, para poderem realizar as culturas impostas pelo capital colonial. (Sai fora do campo de estudo do presente texto a análise dos processos de trabalho e das novas relações sociais que então apareceram. Foi, aliás, para resolver muitos dos problemas surgidos na época, em torno da produção familiar para o mercado e do fornecimento de mão-de-obra, que o colonizador reabilitou muitos régulos, depôs outros, numa tentativa de revigorar as velhas estruturas político-sociais aldeãs. Esta reabilitação deu origem a novas relações de domínio e exploração por parte dos régulos e chefes linhageiros envolvidos que ostavam na produção pessoal de algodão e de outros

produtos agrícolas, servindo-se do trabalho compelido dos súbditos e das múltiplas esposas, dos haréns renovados. Durante este período, havia no sul de Cabo Delgado, no Niassa e noutras Províncias, chefes polígamos com 10, 20 ou 30 mulheres. Eram os súbditos, especialmente os cativos, que tinham de construir as casas de toda esta gente. Dir-se-ia que entre esses chefes havia grande concorrência para ver quem tinha maior número de raparigas novas depois de terem mandado embora as esposas mais idosas. Havia homens com 50 ou 60 anos que casavam com adolescentes de 13, 14 ou 15 anos. Os chefes reservavam para si meninas que ao atingirem 14 ou 15 anos passavam a ser suas esposas. A consequência disto foi que rapazes de 18 e 20 anos não podiam casar. Este procedimento dos velhos ocasionou o casamento dos rapazes com rapariguinhas muito novas. As mulheres idosas abandonadas passavam a ter uma vida miserável, cuidando da sua casa, da comida para ela e para os filhos).

Apesar de tudo, o crescente aumento da circulação da massa monetária pelas mãos dos camponeses e a expansão da rede comercial no campo actuaram de um modo decisivo sobre as comunidades domésticas: (1) a estrutura familiar alargada, subordinada a um decano depositário dos bens materiais e responsável pela circulação dos dependentes, começou a ruir lentamente, (2) no núcleo conjugal reforçou-se a posição económica do marido, acompanhada, concomitantemente, pela "desvalorização" social (mas não produtiva) da esposa, que se encontrava, agora, cada vez mais desprotegida das antigas solidariedades linhageiras. (Recordemos de novo que a grande maioria das áreas algodoeiras se situavam nas regiões de organização socio-familiar matrilinear).

Nas áreas mais prósperas da produção do algodão, o homem do comum tornou-se acentuadamente polígamo, numa poligamia dispersa como no passado, mas sem participação agora nos trabalhos agrícolas e domésticos das segundas e terceiras mulheres.

Os ritos de iniciação da adolescência perderam muito da sua organização e eficácia nestas condições sociais. Aliás, foram muito combatidos no Centro e no Norte pelos Missionários e Administradores. O Acordo Missionário (de 1940) confiou à Igreja Católica o controlo de todo o sistema educacional dos jovens rurais. Mas a primeira grande vaga do pessoal missionário e auxiliar era pouco apta para compreender e utilizar as instituições tradicionais africanas, e a Igreja Católica, relacionada que estava com o poder colonial, não tinha sequer na altura essa estratégia. As coisas mudarão, em parte, no período seguinte.

Vimos atrás, que nas Províncias a Sul do rio Save, a contínua e sistemática integração das comunidades aldeãs na economia monetária tornou mais notória a desagregação da célula produtiva alargada, o retirou aos próprios

chefes locais muitas das suas prerrogativas. Tornou-se também notória a diferenciação no seio do campesinato. Muitas famílias transformaram-se em polos de acumulação de riquezas, utilizando charruas na lavoura e aumentando o número de cabeças de gado das suas manadas, ambas as coisas adquiridas graças ao dinheiro do trabalho migrante.

Nestas condições, o sistema ritual e as crenças ancestrais inerentes aos sistemas produtivos e à organização social do passado desmoronaram-se. Assim, os ritos de passagem dos jovens perderam grande parte dos seus conteúdos. Para os rapazes, a verdadeira iniciação passou a ser a primeira ida ao Rand; a circuncisão, onde ela era costumeira, era praticada sem o aparato de outrora. No caso das raparigas, continuaram a realizar-se algumas cerimónias em torno da primeira menstruação. A permanência vivaz da actividade agrícola feminina manteve uma série de tabús relacionados com os ritos agrários. O aparelho ideológico tradicional estava pois em crise e já inoperante em relação à nova realidade económica e social.

Ora, toda a sociedade humana necessita em permanência valores morais e normas de organização. Foi para preencher aquele vazio que o protestantismo penetrou e progrediu rapidamente na sociedade moçambicana a sul do rio Save. A fulgurante adopção das Igrejas de confissão protestante teve como causas principais a penetração capitalista, a desagregação da sociedade canponesa tradicional, a influência cultural anglo-saxónica através dos trabalhadores migrantes regressados e a resistência cultural ao colonialismo português (católico).

O Cristianismo protestante tornou-se a matriz da formação da família mais restrita, coisa que o catolicismo não podia pretender na altura, pois as condições da exploração colonial a Norte daquele Rio não possibilitaram a criação de uma base económica susceptível de estruturar esse tipo de célula produtiva. Isso sucederá um pouco mais tarde no Chimio, na Angónia, na Alta Zambézia, em Malema-Ribaué, etc.

Ainda sobre o Sul. Nos momentos de crise económica e de conflitos sociais graves, muitos crentes protestantes fundaram igrejas africanas de origem cristã, onde agregaram, em menor ou maior grau, práticas mágico-religiosas ancestrais. Nestes casos, perdeu-se a dinâmica de estruturação da família restrita: a poligamia, o lobolo e várias cerimónias mágico-religiosas do passado revigoraram. As iniciações tradicionais de puberdade tornaram-se quase sempre iniciações religiosas (baptismo).

Podemos então postular, com alguma prudência, que a fragmentação da família alargada, dando origem a famílias mais pequenas e independentes, constituídas por um homem, uma mulher, os filhos respectivos e um ou outro dependente, desvinculadas das regras de filiação unilinear, para que ela se

pudesse afirmar, tinha que possuir uma base económica e ideológica próprias. Os rituais antigos não podiam eles sedimentá-la.

#### De finais de cinquenta a 1974

A partir dos anos cinquenta, o regime colonial português envolveu-se numa série de projectos desenvolvimentistas, que as críticas internacionais ao colonialismo, a luta dos movimentos nacionalistas e a penetração do capital multinacional fizeram acelerar.

Constatou-se, então, um aumento da fixação colona que deu origem a um número crescente de agricultores portugueses, ao desenvolvimento das cidades e do sector industrial com um número progressivo de assalariados.

A economia monetária chegou aos confins do mundo rural. A circulação da moeda aumentou imenso.

Nas Províncias Nortenhas surgiram na época pequenas indústrias de preparação e acondicionamento de algodão, cajú, sisal e chá, que empregavam muitos trabalhadores sazonais e permanentes, todos eles ligados ainda à família rural.

Muitos colonos começaram a produzir algodão neste período utilizando trabalho assalariado africano.

A produção para o mercado das comunidades aldeãs tornou-se mais variada e com melhor venda.

Mas foi sobretudo a cultura do cajueiro, no norte do País, que dinamizou nestas regiões, o processo das transformações socio-familiares começadas no período anterior. Com efeito, na organização económica e política das sociedades tradicionais em Moçambique, a terra não era propriedade dos utentes, mas tão-só património das linhagens. Foi por isso, que a nuclearização familiar nos períodos mais próximos de nós da cultura do algodão não atingiu o ponto de ruptura com a família alargada e com o princípio da filiação unilinear, porque o chefe desta continuava a deter o poder da distribuição das parcelas pelas unidades conjugais. Foi também por este facto que os passos mais importantes no sentido do redimensionamento familiar foram dados durante a época das concentrações e das picadas algodoeiras, pois a administração e os capazes das Companhias sobrepuseram-se ao controlo fundiário das linhagens.

Com a cultura do cajueiro e a comercialização da castanha, muitas coisas foram mudando na sociedade camponesa. De facto, nas sociedades africanas as árvores são de quem as planta ou manda plantar. Mais ainda, elas podem ser herdadas.

Sucede que a rápida expansão da cultura do cajueiro imposta pelo capi-

talismo colonial favoreceu muitos homens que viram o seu poder económico (e portanto social) fortalecido e cada vez mais independente dos decanos das linhagens. Paralelamente, com a crescente diversificação e regularidade do trabalho assalariado, e com um interesse renovado pelas culturas de rendimento, agora mais variadas, os homens dispuseram de mais dinheiro com o qual obtinham roupa e outros bens para as esposas e filhos, sem o absoluto controlo dos chefes das suas próprias linhagens e dos chefes das linhagens das esposas.

A família conjugal passou a ser uma célula de produção e de consumo mais individualizada. A própria residência do casal começou a afastar-se da aldeia da sogra e, em certas regiões orientais de Namúla, Cabo Delgado e Alta Zambézia, manifestou-se uma nítida tendência para a virilocalidade, isto é, para uma residência próxima dos familiares do marido.

Os segmentos das matrinhagens começaram a dispersar-se, afastando-se, assim, da autoridade espacial directa dos respectivos chefes de terra. O casamento continuou relativamente instável, mas agora, com uma frequência maior de pedido de divórcio por parte do homem. A poligamia manteve-se importante. Localmente surgiram regras de dupla filiação: por via masculina para os homens, por via feminina para as mulheres. As iniciações deixaram de ter a importância socio-política das décadas anteriores. Finalmente, apareceram novas formas de diferenciação sócio-económica no seio do campesinato, formas que os Portugueses começaram a fomentar nos anos 50 e 60. A mulher camponesa do norte do País atingiu, nesta época, o limiar do seu desenraizamento em relação à antiga estrutura familiar alargada, matrilinear e uxoriocal. Também por isso, foi entre elas que certas práticas sociais de um passado recente se arreigeram como defesa à agressão das novas relações económicas de produção capitalistas. A acção missionária atingiu nesta altura sectores cada vez mais vastos da sociedade camponesa e urbana. No meio rural, onde não existia ainda a tal família conjugal independente das parentelas antigas, foram valorizados pelos missionários certos valores transmitidos pelos ritos de iniciação dos adolescentes e pelas cerimónias matrimoniais. As ideias nacionalistas começaram a circular. O Islão, que convinha mais aos homens, participava em tudo isto à sua maneira, e ia fortalecendo-se.

Nestas regiões do norte de Moçambique, os aldeamentos e a presença de milhares de soldados estrangeiros tanto participaram na "destruição" das relações familiares extensas como dificultaram a sedimentação da família nuclear.

No sul do País, e em algumas regiões do Centro, as transformações que vinham a registar-se em profundidade / <sup>nos</sup> períodos anteriores atingiram um ponto muito alto nesta época.

A percentagem de trabalhadores migrantes diminuiu (pois manteve-se em números absolutos, mas a população cresceu); paralelamente verificou-se um aumento importante dos preços de venda dos produtos agrícolas de origem camponesa, o que permitiu engrossar o rendimento monetário de cada agregado familiar. No caso em que as economias provenientes do trabalho nas minas eram acrescidas pelos lucros da produção agrícola, estavam criadas as condições para a emergência de polos de acumulação no seio do campesinato<sup>(\*)</sup>. Foi, aliás, a partir desta época que se desenvolveu a utilização das charruas e um interesse renovado pela pecuária. Em muitas famílias pobres a componente feminina não só assegurava a reprodução biológica do agregado mas o seu trabalho permitia, de forma significativa, a realização de numerário para a família através de uma pequena produção para o mercado. Muitos homens se tornaram artesãos e artífices especializados. O lobolo deixou definitivamente de ser o mecanismo de reprodução da família alargada para passar a constituir o processo vulgar da formação da família conjugal. Serviu também para as estratégias de reprodução de classe das famílias mais ricas. O valor acumulável e negociável do lobolo tornou-se na sua característica principal.

#### 4. ALGUMAS NOTAS RELATIVAS AO PERÍODO POS-INDEPENDÊNCIA

Com a tomada do poder pela FRELIMO, as estruturas políticas do aparelho colonial foram destruídas, arrastando na sua queda o poder tradicional africano mais participante nessa administração portuguesa. Mais ainda, a vitória política do nacionalismo moçambicano libertou muitas tensões existentes no seio da sociedade rural.

Os primeiros anos foram momentos de luta intensa contra as várias formas de opressão (principalmente das mulheres e dos jovens) que eram inerentes à sociedade camponesa africana sob domínio colonial. Novas formas de organização social começaram a surgir nas cooperativas e Aldeias Comuns. Só que, muitos planificadores e organizadores do mundo rural meteram com frequência tudo num mesmo saco, não se apercebendo (nem tendo sensibilidade para tal), da complexidade e dos conflitos existentes no seio do campesinato e da luta de classes que aí se processava. Os régulos, cabos e sipaios desapareceram como função, mas muitos dos mecanismos do aparelho político tradicional permaneceram vivos, na expectativa primeiro, actuantes em seguida.

---

(\*) Ana Loforte e Christian Geffray, O Impacto do Trabalho Migratório em Vilanculo: Um projecto. Maputo: UEM/Dep<sup>o</sup> A, 1982: 4, policopiado

Também a variedade dos sistemas regionais de produção agrícola não foram tidos em consideração.

Com a quebra da produção do algodão do sector familiar, que começou em 1972 e que se acentuou em 1975/76, e com a diminuição da recolha e comercialização do caju (1976/79), registou-se em várias regiões do Norte o renascimento de outras culturas de rendimento (como girassol e amendoim), segundo as características ecológicas locais, e segundo a disponibilidade de utilização da força de trabalho por parte das unidades domésticas. A maioria das famílias camponesas pretendia satisfazer assim as suas necessidades em dinheiro, através da comercialização dessas culturas e de alguns excedentes da sua produção alimentar.

Mas a dramática desorganização e ineficiência que se instalou cada vez mais na rede comercial no campo, que era o único meio de escoamento dos produtos agrícolas dos camponeses, e o único meio para a obtenção de numerário, roupa e outros produtos primários, acompanhado tudo isto pela prioridade concebida para o sector agrário estatal, agravou consideravelmente a produção familiar e cooperativa.

Em 1980, a população rural moçambicana era de ordem dos 85% da população total do País<sup>(\*)</sup>. À data da Independência o povoamento rural era essencialmente disperso, se excluirmos as regiões afectadas pelos aldeamentos coloniais. A composição demográfica e a estrutura dos agregados familiares variavam muito de zona para zona, como deixamos aperceber no que ficou escrito.

O surgimento de um habitat mais reagrupado no campo com a formação das Aldeias Comuns influenciou diversos parâmetros da organização socio-económica camponesa, de que resultaram situações novas, nem sempre de fácil solução. Alguns dos problemas observados dizem respeito: (1) à localização geográfica das aldeias, (2) ao parcelamento das terras de cultivo das unidades familiares, notando-se uma nítida representação no terreno dos privilégios relativos à estrutura linhageira tradicional, (3) à captação de água e procura de combustíveis domésticos, factores que continuaram a difícil condição da mulher rural, (4) ao desfazamento entre produção cooperativa e produção familiar, e, (5) à fraca capacidade de apoio estatal ao movimento cooperativo e à produção familiar.

---

(\*) Conselho Coordenador do Recenseamento, 12 RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, República Popular de Moçambique, 1983

Neste novo e difícil contexto socio-económico reestruturam-se formas de organização familiar capazes de fazer frente às dificuldades surgidas. Se nalguns casos a família do tipo conjugal sobreviveu e até fortaleceu a sua posição, na maioria das comunidades domésticas de produção no Centro e no Norte, essas formas faziam sobretudo lembrar aquelas que existiam no final dos anos cinquenta: reestruturação de formas mais tradicionais que modernas de cooperação e de ajuda-mútua, produção quase total das parcas subsistências.

Esta reestruturação foi acompanhada necessariamente por crenças e rituais que a justificasse e apoiasse, resolvendo, de algum modo, as tensões inerentes à nova realidade. Estes valores caracterizam-se, mais por um retorno a práticas ancestrais do que pela secreção de novos. Por isso, não é de estranhar que voltassem a florescer as crenças na magia, as acusações de feitiçaria (que são essencialmente eficazes no interior da grande família), o culto dos antepassados, imbuídos de cristianismo ou de islamismo, numa grande proliferação de igrejas e de seitas sincréticas (\*).

Também no sul de Moçambique, a residência nas Aldeias Comuns tende a acabar com a família alargada, sendo aqui o agregado familiar constituído em média por 5,25 membros. Na sua maioria estes agregados mantêm o homem como chefe de família. No caso do marido estar ausente, ou quando o agregado é constituído pela 2ª, 3ª ou 4ª mulher que vive com filhos afastada da residência principal do marido, as responsabilidades familiares recaem inteiramente sobre cada uma destas esposas, independentemente da ajuda masculina dos "irmãos" do marido.

As famílias camponesas que possuem um número <sup>maior</sup> de mulheres no seu seio apresentam valores superiores na produção agrícola comercializada, o que mostra o papel fundamental que continua a ter a mulher neste sector. Por conseguinte, a incorporação de trabalho feminino pelo lobolo permite a obtenção de ingressos monetários na economia familiar.

Nas famílias alargadas (mumuthi), que subsistem em muitas regiões rurais do sul, cada casal (muthi) possui a sua parcela e o seu celeiro, mas a maioria do produto é guardado no celeiro comum sob a responsabilidade do decano e da mulher principal. Nas famílias poligâmicas, cada esposa possui uma machamba e celeiro próprios, mas o consumo dos produtos é comum. Todavia, existem polígamos cujas mulheres e filhos respectivos constituem uma célula residencial, de produção e de consumo independente.

---

(\*) Muitas cartas de leitores foram publicadas na Imprensa Moçambicana desde 1975 sobre estes fenómenos ditos obscurantistas

## 5. BREVE CONCLUSÃO

Aflorámos neste artigo alguns aspectos da problemática relacionada com as instituições familiares do passado e com as transformações nelas observadas ao longo dos diferentes períodos da História de Moçambique. As formas estruturais e as dinâmicas de readaptação que essas mesmas instituições têm manifestado nos últimos anos são mais uma vez uma resposta às condições materiais da sua existência na situação que o País atravessou no último decénio. A luta pela emancipação da mulher inscreve-se neste contexto económico, social e político global, que a Lei (da Família, por exemplo), a Ideologia e a Organização não conseguirão alterar radicalmente por si só.

Por outro lado, para que o desenvolvimento económico e social seja processo de profundas transformações, sem os desfazamentos e traumatismos graves, é necessário um estudo rigoroso de todos estes fenómenos e instituições sociais e uma planificação rural em consequência. As instituições como o lobolo, o petti, o tchamanahula, o chimalo, o chivongo, a xuma, o chipanje, etc., não podem ser considerados fora da análise da formação e reprodução das células-familiares-de-produção em que se inscrevem e justificam.

Maputo, Out<sup>o</sup>/Nov<sup>o</sup>, 1984, Março 85

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

- Departamento de História - HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, Vol. I;  
Maputo: Tempo, 1982
- Departamento de História - HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, Vol. II;  
Maputo: Tempo, 1983
- Departamento de História - HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, Vol. III;  
(em preparação)
- ISAACMAN (Barbara) e STEPHAN (June) - A MULHER MOÇAMBICANA NO  
PROCESSO DE LIBERTAÇÃO; Maputo: INLD, 1984 (tradução, prefácio  
e notas de Maria de Lourdes Torcato)
- MEDEIROS (Eduardo) - O lobolo e similares em Moçambique - algumas  
considerações de ordem geral", in Diário de Moçambique (Beira),  
1.1.1982
- MEDEIROS (Eduardo) - O SISTEMA LINHAGEIRO MACUA-LONWE; Maputo:UEM/FL,  
1985
- MEILLASSOUX (Claude) - MULHERES, CELEIROS & CAPITAIS; Porto: Afronta-  
mento, 1977

### Observações

É óbvio que estes valores estatísticos não reflectem senão uma pequena parte da complexidade da composição da(s) família(s) moçambicana(s), tanto em meio rural como na cidade. A família alargada, a família poligâmica, a residência e circulação dos dependentes não têm nenhuma expressão nestes números.

No referido Seminário Sobre Comunicação Social em Apoio aos Programas de desenvolvimento, chamámos a atenção para a necessidade de uma análise demográfica mais elaborada dos agregados familiares em Moçambique.

(Eduardo MEDEIROS, A representação da mulher nas estruturas do poder político; Maputo, (Unesco/FNUAP), 12 de Novº a 7 de Dezº 84.



1.

As mulheres de Moçambique estão principalmente envolvidas na produção agrícola sendo apenas 3% empregadas numa posição assalariada. Fundamentalmente, a agricultura Moçambicana está estruturada em 4 sectores: sector estatal, com grandes empresas agrícolas nas poucas mulheres trabalhadoras; sector cooperativo, em particular nas Aldeias Comuns; sector familiar, e sector privado. A maior força agrícola é o sector familiar onde mais de que 90% da força de trabalho são mulheres. Este sector, recebeu desde o 42. Congresso mais atenção do que antes, produz para cima de 30% de toda a comida comercializada e até 100% da comida básica como milho, mandioca, amendoim, etc. Em particular nesta situação da fome no País, o sector familiar, e neste as mulheres, é a única solução operacional para a população rural, quer dizer, para mais de 85% da população total. O sector cooperativo é ainda fraco e só cresceu em algumas regiões do país, sendo um exemplo dinâmico as zonas verdes do Maputo que actualmente contam com mais de 170 cooperativistas e 10.000 membros, 93% deles sendo mulheres.

O exemplo das cooperativas dá, no entanto, uma perspectiva como um movimento cooperativo poderia desenvolver-se, beneficiando em particular a mulher.

Desenvolvimento das Cooperativas nas Zonas Verdes (Maputo)					
	1980	1981	1982	1983	1984
• Número de cooperativas	7	24	33	81	151
• Área (ha) .....	-	171	200	328	471
• Número de membros (93% mulheres)	500	1177	2137	4707	8289
• Produção (t)					
- vegetais	4	148	350	706	1660
- porcos	4	8	62	125	208
• Auto consumo					
- vegetais		34%	40%	44%	
- carne		40%	40%	40%	40%
• Unidades distribuindo lucro		2	12	40	60

Fonte: IRENE FEHR, A Mulher na Produção, comunicação apresentada no Seminário Sobre Comunicação Social em Apoio aos Programas de Desenvolvimento; Maputo (Unesco/FNUAP), 12 de Novembro a 7 de Dezembro 84

